



**A PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO E O PROTAGONISMO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS NA AFIRMAÇÃO DE UM ITINERÁRIO PEDAGÓGICO
TRANSFORMADOR**

Monaliza Meira Simões¹
Tânia Regina Braga Torreão Sá²

INTRODUÇÃO

A educação do campo enfrenta dificuldades para se afirmar enquanto campo de conhecimentos íntegro, estas dificuldades, em momentos, se revelam como grandes obstáculos. A precarização das condições de trabalho do professor, precarização do espaço físico das escolas, a precarização da formação básica e continuada, tudo isso concorre para dificultar o processo de afirmação da educação do campo, enquanto campo epistemológico integral.

Nesse resumo expandido, problematizamos as dificuldades supramencionadas, considerando que, na realidade da escola do campo, sobretudo, naquela gestada pelos movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), por exemplo, esses itinerários se realizam em melhores condições, até porque, baseando-se no emprego de métodos – materialismo histórico dialético – e concepções mais críticas sobre o papel da escola e da educação – uma das principais autoras do tema, a Prof.^a Dr.^a Roseli Salete Caldart, em um texto clássico sobre a educação do campo, por exemplo, crítica o que ela nomeia como “escolacentrismo”, isto é, a responsabilidade excessiva que é atribuída a escola na formação do sujeitos aprendentes –, a educação é entendida enquanto expressão da realidade concreta em que o aluno e o professor vivem.

O objetivo desse trabalho é, por isso mesmo, apresentar a “Pedagogia do MST” ou “Pedagogia do Movimento”, e mais que isso, afirmar a sua importância como proposta pedagógica que subverte a lógica impositiva que pauta a compreensão do que é educação, pois, as “pistas” que afirmam o potencial inovador dessa pedagogia, se reificam a partir da

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Bolsista de Iniciação Científica. Endereço eletrônico: mail: monasimoes11@gmail.com

2 Doutora em Memória Linguagem e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. É Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus Jequié. Email: taniatorreao68@hotmail.com



inversão de papéis de quem as concebe. Não o Estado, pois, que em sua intencionalidade controladora condiciona as políticas públicas, até no esforço de garantir uma harmonia mínima do pacto social, mas o camponês que pensa a escola que quer para si e para a sua progeneritura.

METODOLOGIA

A construção deste trabalho se deu a partir das seguintes leituras: “O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo” (CALDART, R.S), “Educação para além do capital” (MÉSZÁRIOS, I); “A precarização do trabalho do docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares” (SAMPAIO, M.M.F; MARIN, A.J); “O professor da escola do campo: trabalhador de múltiplas jornadas de trabalho” (ZOIA, A.; PERIPOLI, O.J.); “Educação do campo: notas para uma análise de percurso” (CALDART, R.S); “Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo” (VENDRAMINI, C.R); E “Por uma educação básica do campo” (ARROYO, M.G; FERNANDES, B.M). Sendo assim, uma pesquisa essencialmente teórica, embora edificada a partir de escritos de autores que já realizaram práticas com o “objeto” estudado, portando assim uma riqueza notável em informações acerca do assunto tratado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A precarização na escola do campo se dá pelos mais amplos motivos como a falta da estrutura física adequada, do material pedagógico, do currículo apropriado, do professor qualificado e da qualidade das condições de trabalho. Todos esses motivos facultam para a materialização da visão da educação do campo como algo irrelevante e, também, para a consolidação das desigualdades sociais, sempre reforçadas e reproduzidas dentro da própria escola.

A pedagogia construída pelo MST, contrária ao modelo urbano, pensado a partir dos valores e princípios do homem da cidade, prioriza a construção do conhecimento a partir do que o camponês quer para si e da sua própria realidade, levando em conta as prioridades e especificidades do homem do campo, constituindo assim uma realidade



transformadora. É através da coletividade e da autonomia que a pedagogia do *Sem Terra* se constitui afirmando-se como uma pedagogia transformadora e eficaz. A “pedagogia do movimento” carrega esse nome por acionar o movimento como princípio educativo, pautando a luta social como base da educação dos *Sem Terra* e a misturando com outros processos básicos que auxiliam na formação do ser humano, tais como: o trabalho e a construção das relações sociais do campo, a cultura, a história e o estudo.

É indispensável a presença de movimentos sociais no campo para que, a partir de então, seja possível realizar a defesa de uma educação do campo e para o campo, sustentada no reconhecimento da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras que tem resistido para continuar produzindo sua vida no espaço campestre. É com o alicerce desses movimentos sociais que é possível se pensar um projeto de educação do campo, pressupondo a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais.

A educação do campo ganha um novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo. (VENDRAMINI, 2007)

CONCLUSÕES

A “pedagogia do movimento” ou “pedagogia do MST” demonstra o seu potencial como itinerário pedagógico transformador ao corporificar uma educação do campo e para o campo priorizando a coletividade e, ao mesmo tempo, respeitando a individualidade do homem do campo. Concebendo assim uma educação que valoriza, integra e reafirma o campo de conhecimento do camponês como um campo de conhecimento íntegro.

Palavras-chave: Educação. Pedagogia. Movimento.

REFERÊNCIAS

CALDART, R.S. **O movimento social como princípio educativo**. Rio de Janeiro,



Dezembro, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SAMPAIO, M.M.F; MARIN, A.J. A precarização do trabalho do docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004.

ZOIA, A.; PERIPOLI, O.J. O professor da escola do campo: trabalhador de múltiplas jornadas de trabalho. **Rev. Fac. Educ.** (Univ. do Estado de Mato Grosso), vol. 22, ano 12, n.2, p. 99-114, jul/dez. 2014.

CALDART, R.S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p. 35-64, mar/jun. 2009.

VENDRAMINI, C.R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n.72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

ARROYO, M.G; FERNANDES, B.M. **Por uma educação básica do campo**. n. 2. 1999.